

5

Conclusão

Mas o diabo do tambor...

Com franqueza, estava arrependido de ter vindo. Agora que ficava preso, ardia por andar lá fora, e recapitulava o campo e o morro, pensava nos outros meninos vadios, o Chico Telha, o Américo, o Carlos das Escadinhas, a fina flor do bairro e do gênero humano. Para cúmulo de desespero, vi através das vidraças da escola, no claro azul do céu, por cima do Morro do Livramento, um papagaio de papel, alto e largo, preso de uma corda imensa, que bojava no ar, uma cousa soberba. E eu na escola, sentado, pernas unidas, com o livro de leitura e gramática nos joelhos.¹

Pilar foi para a escola, mas lá se sentia como que preso. O professor, os livros, a organização da sala, tudo lhe sugeria uma prisão. Seu colégio, aliás, ficava bem próximo do colégio padrão da monarquia, o Pedro II, logo ali na esquina.

E era no colégio da esquina que se reproduzia a “boa sociedade” imperial através de uma concepção de ensino que visava também – e principalmente – educar o aluno que viria a ser o futuro cidadão do Império. Pensado pela monarquia para seus cidadãos, no Colégio Pedro II a mocidade filha da boa sociedade imperial veria, enquanto alunos, sua posição de cidadãos ativos confirmada e, principalmente, conformada. Fosse pela seleção, ou apenas por sua origem social, ou ainda em sua formação intelectual clássica somada ao contato com os colegas com origem social comum, além dos professores e dos compêndios por eles escritos especialmente para seus alunos, ou fosse ainda pelo título de Bacharel em Letras que coroava todo esse processo, uma questão era patente para a monarquia: o Imperial Colégio de Pedro II fora criado para ser o modelo, o colégio padrão que serviria como espaço experimental na busca pelas melhores formas de ensinar os futuros cidadãos ativos da nação a ser brasileiros.

¹ Assis. *Conto de escola*, p. 32.

E o Imperial Colégio Pedro II não seria modelo à-toa: controlar o que era lido, escrito e ensinado na instituição equivaleria a controlar todo o sistema de ensino secundário do Império, nível de ensino onde tinha início a formação dos futuros cidadãos do Império. De fato, o Colégio contou com grande número de letrados que elaboraram, a partir das aulas dadas no mesmo, importantes compêndios didáticos para uso das escolas no Império. A presença de membros do IHGB na instituição confirmava seu lugar de destaque na escrita desses compêndios, e principalmente na elaboração de uma história nacional.

Logo, essas crianças não seriam mais outros “Chico Telha” ou “Carlos das Escadinhas” quaisquer, mas sim futuros líderes da nação. O controle sobre as formas que os alunos tinham de ler o mundo, através de seus compêndios e livros principalmente, visava garantir uma homogeneidade ideológica, bem como os espaços de socialização intelectual lá oferecido, consolidado por bibliotecas, livrarias, cafés ou reuniões literárias domésticas, buscava fazer daquele aluno o cidadão ideal do Império.

Contudo, outras leituras de mundo ainda eram possíveis. Meninos como o “Chico Telha” eram muito mais comuns de se encontrar que os meninos do tipo de Pilar. Recorramos mais uma vez às considerações de Chartier sobre as práticas de leitura e as formas de ler e dar sentido a elas:

os leitores formados pela instituição devem ser confrontados com aqueles que conquistaram a escrita com grande luta e cuja competência, se não é certificada e controlada pelos letrados, corre sempre o risco de produzir leituras fora das normas, improváveis ou rebeldes.²

Chico e Pilar devem ser comparados. Havia regras para o Chico, para o Américo e para o Carlos, “fina[s] flor[es] do bairro”? Quem garantia que suas leituras do mundo não fugiriam da norma civilizadora, unitária e ordenadora da monarquia? Continuamos com outra citação de Chartier:

O interessante aqui é o fato de mostrar [...] como a aprendizagem da leitura se apóia muito mais sobre os questionamentos pré ou extra-escolares, ligados à

² Chartier. Introdução In: Chartier; Paire, *Práticas de leitura*, p. 21.

descoberta pela criança de problemas que pertencem à difícil compreensão da ordem do mundo, do que sobre uma escolarização ou uma aprendizagem escolar.³

Logo, por mais intensa que possa ser a formação e conformação propiciada ao aluno pela escola, sua forma de ordenar o mundo também está sujeita a esse mundo externo, fora dos muros escolares, fora do mundo oficial. A própria formação anterior, junto ao seio familiar, poderia aparecer de forma mais intensa na consolidação da identidade do aluno-cidadão. Como nos sugere o Bruxo do Cosme Velho – ou não seria do Morro do Livramento? – no conto: “E lá fora, no céu azul, por cima do morro, o mesmo eterno papagaio”.

O condicionamento de identidades, no entanto, entendido a partir do controle na formação intelectual daqueles alunos, buscaria, assim, garantir a formação de sociabilidades que estariam em sintonia com a ideologia da monarquia baseada nos ideais de civilização, unidade e ordem. Estavam disponíveis livros e leituras para esses alunos, mas, para tornarem-se cidadãos, era necessário possuir o perfil de apenas um tipo de leitor: o monarquista.

Os alunos certamente sentiam o espaço privilegiado no qual estavam inseridos. Podiam já prever, de certa forma, o que lhes esperava após o cumprimento dos sete anos de bacharelado no Colégio Pedro II – o título que lhes garantiria acesso direto às faculdades do Império, mas não apenas isso: o colégio forneceria também convívio social que lhes garantiria, principalmente, o acesso à cidadania plena.

A partir da década de 1870, no entanto, começava a se formar uma nova forma de pensar a política e a sociedade no Brasil. As identidades formadas começavam a ser questionadas. Dos bacharéis, tipo ideal dos cidadãos da nação, que antes buscariam agir preferencialmente em nome da ordem monárquica, parte passou a levantar problemas e ambigüidades na mesma ordem que um dia defenderam. Abolicionismo, positivismo, mudanças na organização do espaço público sugerem mudanças no horizonte. Um novo tipo de bacharel entrava em cena: aqueles formados pela Escola Militar da Praia Vermelha, a “mocidade militar”, também bacharéis, mas em matemáticas. Por mais que Pilar tenha vivido

³ Chartier. A leitura como prática cultural. Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In : Chartier; Paire, *Práticas de leitura*, pp. 240-241.

a situação que transcrevemos a seguir em 1840, ela pode perfeitamente ser transposta para o final da década de 1880, sem prejuízo de sua interpretação:

Na rua encontrei uma companhia do batalhão de fuzileiros, tambor à frente, rufando. Não podia ouvir isto inquieto. Os soldados vinham batendo o pé rápido, igual, direita, esquerda, ao som do rufo; vinham, passaram por mim, e foram andando. Eu senti uma comichão nos pés, e tive ímpeto de ir atrás deles. Já lhes disse: o dia estava lindo, e depois o tambor... Olhei para um e outro lado. Afinal, não sei como foi, entrei a marchar também ao som do rufo, creio que cantarolando alguma cousa: *Rato na casaca*... Não fui à escola, acompanhei os fuzileiros, e depois enfiei pela Saúde, e acabei a manhã na Praia da Gamboa. Voltei para casa com as calças enxovalhadas, sem pratinha no bolso nem ressentimento na alma. E contudo a pratinha era bonita e foram eles, Raimundo e Curvelo, que me deram o primeiro conhecimento, um da corrupção, outro da delação; mas o diabo do tambor...⁴

Afinal, “o mundo não é obrigado a obedecer à lógica pela qual é concebido”.⁵ Que o diga Pilar.

⁴ Assis. *Conto de escola*, p. 37.

⁵ Marshall Sahlins, *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 174.